

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO MICRO-ANALÍTICA PARA A CRISE MONETÁRIA NA AMÉRICA PORTUGUESA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII.

Marcello José Gomes Loureiro^{*}
Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira^{**}

Desde o século XVI, a Coroa portuguesa procurou estabelecer um controle eficaz sobre a região do rio da Prata. Determinou, por exemplo, o envio de expedições marítimas de reconhecimento geográfico, como a de Martim Afonso de Sousa, em 1530, bem como estabeleceu convênios internacionais decorrentes de intensas negociações nas mesas diplomáticas, a exemplo das celeumas que antecederam o acordo de Saragoça.¹ Os espanhóis, com a expedição de Pedro de Mendoza, em 1536, antecipando-se aos lusos, iniciaram a ocupação da região, objetivando o seu domínio territorial.

Em que pesem essas ações iniciais, foi durante os sessenta anos da União Ibérica que se desenvolveram linhas mercantis que conectavam de forma mais regular o Prata, pelo porto de Buenos Aires, e as praças atlânticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo de Angola.² Diversos artigos eram transacionados nessas rotas, sendo que eram os escravos africanos que agregavam maior rentabilidade a esse trato.³ Para os agenciadores portugueses envolvidos, a participação nessas trocas era vantajosa, posto que a liquidação das operações mercantis realizadas em Buenos Aires pelos portenhos ocorria, especialmente, em prata potosina.⁴

^{*} Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS –UFRJ). E-mail: marcelloloureiro@yahoo.com.br

^{**} Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS –UFRJ). E-mail: lgmoreira@ig.com.br

¹ ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957, p. 13-15.

² A regularidade das transações foi destacada, por exemplo, por Ambrósio Fernandes Brandão, em seus *Diálogos da Grandeza do Brasil*. Apud CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 122. Conferir também ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 77-116.

³ LAPA, José Roberto do Amaral. *O Sistema Colonial*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 84.

⁴ GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982, p. 23-28.

O metal branco representava não apenas a possibilidade de ampliação da liquidez na economia das praças ultramarinas envolvidas nesse comércio, mas também de Lisboa nos mercados asiáticos.⁵

A relativa estabilidade dessa rede mercantil, entretanto, foi fundamentalmente atingida após a Restauração portuguesa de 1640. A situação lusa não era nada simples. Dos diversos desafios que se apresentavam ao novo monarca, podemos salientar alguns: na Europa, havia necessidade de por fim às guerras com a Espanha, de buscar reconhecimento internacional, de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino; no ultramar, era preciso reconquistar as possessões perdidas aos holandeses.⁶ Em todo o Império, em seu momento fundacional, os Bragança precisavam de legitimidade política e simbólica, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.⁷

Mais especificamente no que se refere à América lusa, era mandatório extirpar o quilombo de Palmares, solucionar a problemática referente à ocupação holandesa no Nordeste, reconquistar Angola e restabelecer o comércio com a bacia do Prata, desmantelado devido às guerras com a Espanha, à redução da oferta de negros africanos para o trato subsequente e à própria política de Filipe IV.⁸

Diante de tais complexidades, a monarquia portuguesa se defrontava com um problema de gestão do Império. Precisava articular políticas, escolher caminhos, apostar em decisões, viabilizar projetos. Para tanto, criou órgãos administrativos de assessoramento, como o Conselho Ultramarino, em 1642, que deveria gerenciar as informações e o

⁵ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de & CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa IICT, 2006, p. 20 e SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 366

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 21.

⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 105-152. Já na historiografia internacional, destacam-se os trabalhos de J. Greene e Hespanha, comentados adiante. A questão foi também desenvolvida por “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 30-34. Especificamente acerca da justificação necessária para legitimar os Bragança no poder, ver MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327 e FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

⁸ Acerca do problema de Palmares: ALENCASTRO, op. cit, p. 238-242; para visualização dos demais problemas aqui mencionados: BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, p. 183-184.

conhecimento a respeito do ultramar com o intuito de produzir subsídios para as decisões reais.⁹

Dos esforços e medidas que modularam e constituíram toda aquela gestão, interessantes desenvolver, particularmente, os atinentes à região do Prata.

A questão do Prata, ou seja, a tentativa portuguesa de se apropriar do metal remetido pelo porto de Buenos Aires, era um desafio para a administração lusa no ultramar. A essência de tal desafio transpassava o restabelecimento do trato e tinha início na própria escolha de políticas adequadas para se tentar gerir a região. Afinal, qual a melhor e mais adequada política a ser implementada com a finalidade de garantir o acesso aos metais espanhóis? O controle do Prata era um projeto viável para o Estado luso? A Coroa deveria simplesmente objetivar reter os lucros pulverizados pelos agentes mercantis, sem uma ação direta? Ou deveria, seguindo os conselhos do Padre Antônio Vieira e de Salvador Correia de Sá e Benevides, intervir militarmente na região? Até que ponto uma intervenção dessa natureza não causaria uma desorganização nos fluxos comerciais? A ação do Estado deveria ser então apenas diplomática? Em síntese: em que bases pautar essa gestão?

O fato é que se o controle do Prata poderia ser uma empresa consideravelmente lucrativa, por outro lado, envolvia altíssimos custos e riscos, visto que o grau de garantia das intervenções era mínimo. O esforço administrativo português sobre a problemática platina, por melhor que fosse, constituía-se a verdadeira gestão do imprevisível.

Sabe-se que, logo após reconquistar Angola, em 1648, Salvador Correia de Sá e Benevides, obtendo a dupla governação do Rio de Janeiro e de Luanda, tratou de reativar vínculos com Buenos Aires. A permanência do conflito luso-espanhol, no entanto, ainda obstaculizava os negócios.¹⁰

De Lisboa, chegavam ordens para que fosse mantida uma reaproximação mais efetiva com o Prata. Por exemplo, um ofício do Conde de Óbidos, datado de 1664, sugeriu ao governador Pedro de Mello que recebesse cordialmente os navios vindos do Rio da Prata.

⁹ Em relação ao Conselho Ultramarino, ver GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.), op. cit., p. 292; RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes” in BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169; MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹⁰ BOXER. *Salvador...* op. cit., p. 291-292.

Já Alexandre de Souza Freire, governador geral do Brasil, enviou um patacho a Buenos Aires, a fim de levar a notícia da paz de 1668 com a Espanha; posteriormente, escreveu ao rei que “(...) *em Buenos Ayres se dificulta hoje tanto a esperança daquele comercio como quando estava impedido com as guerras: mas os Castelhanos o desejam mais que os Portugueses. O Brasil se perde por falta de moeda; com qualquer meio que possa haver de irem ali embarcações se há de trazer prata...*”.¹¹ O fato é que a crise monetária na América portuguesa permanecia.

Seja como for, a Coroa, por meio de seus oficiais, estimulava uma reaproximação com os súditos de Castela na América. Por exemplo, no item 50 do Regimento de 23 de janeiro de 1677 dado ao governador geral Roque da Costa, o príncipe regente D. Pedro recomendava que os navios que voltassem “(...) *das Índias Ocidentaes, Rio da Prata e Buenos Aires com prata e ouro, e não com outras fazendas de Espanha, lhes mandará dar entrada, e poderão comerciar nos portos deste Estado, levando em troca os gêneros dele*”. Acerca disso, “(...) *porá o governador todo cuidado e diligência*”.¹² Texto quase semelhante é reproduzido no Regimento de 1679, dado a D. Manoel Lobo.

Conforme explica Antônio Carlos Jucá, as tentativas de reaproximação com o Prata podem ser explicadas pela carência monetária em toda a América Portuguesa. Ainda seguindo a análise do autor, as dificuldades de restabelecimento do trato com Buenos Aires se explicam, dentre outros fatores, principalmente pelas complicações no comércio negreiro entre o Rio de Janeiro e Angola. Com a oferta de escravos reduzida, em face da competição com o Nordeste pelo mercado angolano, a capitania do Rio era incapaz de ampliar suas atividades mercantis no Prata.¹³

Em todos esses anos, informações acerca da questão platina circularam entre os espaços coloniais – principalmente os do Rio de Janeiro e de Colônia – e a corte, de modo que o centro decisor pudesse delinear suas políticas de gestão.¹⁴ Desnecessário dizer que a orientação valorativa que informava e condicionava essa gestão era a escolástica, de modo

¹¹ Carta ao rei de 25 de junho de 1669. Apud, ALMEIDA, op. cit., p. 91.

¹² Apud ALMEIDA, op. cit., p. 91.

¹³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 143.

¹⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima e NOGUEIRA, Marília. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110, especialmente, p. 95.

que sua dinâmica estava em conformidade com os preceitos basilares que caracterizavam uma monarquia corporativa na época moderna.¹⁵

Parece que as instâncias governativas do Estado português analisaram duas alternativas principais para a solução da crise monetária na América. A primeira, mais explícita, fora sugerida por Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1643, ao ser consultado acerca das possibilidades de se reabrir o comércio com a hispano-América. Nela, o potentado defendia uma invasão militar direta a Buenos Aires. Para tanto, sugeria que avançassem cerca de seiscentos homens do Rio de Janeiro pelo mar, enquanto os paulistas e seus índios se deslocariam por terra “(...) sobre o Paraguai, porque é a parte de donde pode descer pelo rio abaixo mais socorro aos moradores de Buenos Aires”.¹⁶ Os paulistas e a sua gente deveriam ter um capitão próprio, escolhido dentre eles, pois, caso contrário, ninguém os poderia efetivamente comandar. Com a associação dessas duas forças, o porto seria facilmente dominado. Idéias semelhantes eram defendidas por Antônio Paes Viegas, o governador-geral Teles da Silva e o próprio padre Antônio Vieira.

Analogamente, a segunda linha de ação foi gestada na década de 1640, também por Salvador de Sá. Projeto mais discreto, trata-se da doação de terras em direção ao Prata, para procura de metais, ocupação territorial e restabelecimento do comércio com Buenos Aires. Em 1646, Salvador pediu ao rei a doação de uma capitania de léguas de costa em frente à ilha de Santa Catarina. Apesar do parecer favorável do Conselho Ultramarino (4 de janeiro de 1647), não consta que a mercê tenha sido concedida. Em 1658, o pedido foi novamente considerado, mas o resultado é também duvidoso. A solicitação foi novamente posta à apreciação do poder central pelos filhos de Salvador, Martim Correia de Sá, Visconde de Asseca, e João Correia de Sá, em 1671. Solicitavam duas capitanias, do cabo de Santa Maria para o norte. Os Conselheiros foram de parecer favorável, desde que se fundasse uma fortificação. O governador-geral Alexandre de Souza Freire e o do Rio de Janeiro, João da Silva de Souza, enviaram ao monarca diversos papéis solicitando a ocupação dessas terras do sul. Depois de um longo processo decisório no Conselho Ultramarino, os Sás receberam finalmente a mercê em 1676.

Para que se tenha uma noção mais precisa do desenrolar dessas políticas, é útil o exame de carreiras individuais. Descobrir quem são os homens nomeados pelo Estado para

¹⁵ HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, seção Rio de Janeiro, caixa 1, doc 246. Apud PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1943 p. 243.

gerenciar a questão platina nos cria condições para compreender a importância que a Coroa estava atribuindo a essa gestão governativa.¹⁷

Para a observação desses indivíduos, o suporte teórico-metodológico está na micro-análise italiana. Pensar trajetórias individuais pressupõe o exame de relações interpessoais, a exemplo de como Ginzburg investigou as relações sociais de Menocchio e Levi, as famílias do Piemonte.¹⁸ O nome é sempre uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo.¹⁹ Assim, os sujeitos sociais nunca podem ser percebidos de forma isolada, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes sociais. Por outro lado, suas escolhas e estratégias são informadas por recursos e valores disponíveis nessas mesmas redes.²⁰

Jorge Soares de Macedo e seu envolvimento na política do Estado brigantino para o Prata

Jorge Soares de Macedo parece ser uma bom exemplo da dimensão do Prata na pauta política da Coroa. Tendo lutado em favor da dinastia dos Bragança nas guerras da Restauração, chegou ao Brasil em 1673, acompanhado por seu primo, D. Rodrigo Castelo Branco. Neste mesmo ano, recebeu da Coroa 60\$000 rs de tença, acrescida posteriormente de 20\$000 rs, juntamente com o hábito da Ordem de Cristo.²¹

Ainda na década de 1670, por meio do alvará de 29 de novembro de 1677, foi nomeado tenente de mestre de campo general *ad honorem*. Recebeu o comando da infantaria que passava ao descobrimento das minas de Paranaguá e Sabarabuçu. Sertanista de grande experiência, pela carta régia datada de 19 de dezembro de 1677, o rei lhe determinava “(...) *na forma de advertência que aqui se vos fizeram, passareis a descobrir e a penetrar aqueles*

¹⁷ Tal sugestão foi apresentada inicialmente em FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda & GOUVÊA, M. de Fátima. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88, especialmente p. 81-83.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178, especialmente p. 172-174.

²⁰ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

²¹ Arquivo da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Ordens, liv.9, fl.208. Referência: PT-TT-RGM/21/359907 e PT-TT-RGM/21/359909.

sertões por se dizer que poderia neles haver o que se procura".²² Recebeu ainda instruções para verificar e escolher o melhor lugar para a fundação de uma fortificação próxima ao Prata.

Estando em São Paulo em 1678, articulou suas redes e obteve recursos financeiros, cerca de trezentas pessoas, mantimentos, armas, materiais de construção e sete embarcações, tendo partido em março do ano seguinte em direção ao Prata.²³ Na expedição seguiram o capitão-mor Brás Rodrigues de Arzão e o sargento-mor Antônio Afonso Vital. Também acompanharam a expedição: os pilotos Francisco Dias Velho, João Freire Farto; Manuel Ribeiro, como ajudante, que seria aprisionado pelos espanhóis e prestaria depoimento ao Governador de Buenos Aires, D. José de Garro, em maio de 1680; Salvador Pires Monteiro, João de Aguiar Barriga, João Pinto Ribeiro, João Teixeira de Carvalho e outros. E ainda uma companhia de infantes, comandada pelo alferes Maurício Pacheco Tavares, o escrivão Antônio Pereira, o vedor do corpo militar Manuel da Costa Duarte e 200 índios das aldeias reais.

Uma tempestade, contudo, fê-lo atracar em São Francisco, de onde regressou a Santos. Recebeu ordens para retornar ao Rio de Janeiro e se encontrar com o novo governador, D. Manuel Lobo, que tinha ordens de fundar uma fortificação no Prata. Após a fundação de Sacramento, foi ainda feito prisioneiro pelos castelhanos em 1682.²⁴

Em suma, se não fosse uma tempestade, Jorge Soares de Macedo provavelmente teria fundado Colônia no lugar de D. Manuel Lobo.

Em 1700, recebeu carta patente régia de governador da vila de Santos, com o posto de mestre de campo.²⁵ Dois anos depois, uma carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, comentava acerca das embarcações destinadas aos portos do sul, incluindo-se provavelmente Colônia, "*tocarem*" no Rio de Janeiro. Esse é um indício de que a vila de Santos poderia intermediar essas relações comerciais. O que não deve causar surpresa quando se pensa que Sacramento tinha dificuldade de abastecimento e que São Paulo, por outro lado, era um celeiro agrícola.²⁶

Em Santos, Jorge Soares vivenciou tensões com a elite local. O capitão-mor Diogo Pinto do Rego, que antes fora juiz ordinário da vila, chegou a apresentar queixa de suas ações

²² Apud PORTO, op. cit., p. 256.

²³ Ibidem, p. 262 e 267.

²⁴ AHU. Doc 1493-1494, rolo 8, cx 8.

²⁵ Arquivo Nacional. Códice 77. Livro X. Pp 1.

²⁶ MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

como governador.²⁷ Os problemas e conflitos de jurisdição com o governador Álvaro da Silveira de Albuquerque do Rio de Janeiro também eram constantes.²⁸ Tais conflitos fizeram com que fosse inclusive aberta devassa contra Jorge Soares, levada a frente pelo ouvidor de Santos.²⁹

A trajetória de Jorge Soares de Macedo é interessante porque sintetiza de modo singular as duas alternativas disponíveis da Coroa portuguesa para apreensão de metais. Ao mesmo tempo em que se envolveu em pesquisa mineralógica durante a década de 1670, vasculhando sertões em busca de metais, tomou parte em uma expedição rumo ao Prata, cuja finalidade era a fundação de uma fortificação. Não teria obtido apoio logístico, se não fossem suas redes em São Paulo.

Considerações Finais

Buscamos refletir acerca das circunstâncias e das motivações que condicionaram o estabelecimento de premissas administrativas referentes às tentativas de gestão do Prata – traduzida em política ultramarina portuguesa – na segunda metade do século XVII e no início do século subsequente. Como ponto de partida, adotamos a hipótese de que parte substancial dessa política somente pôde ser forjada na corte a partir das informações que eram remetidas dos espaços locais. Foram, portanto, as “*cadeias de papel*”, para utilizar uma expressão de J. Elliott, fundamentais na sustentação, conexão e articulação de um Império português corporativo, pluricontinental, multifacetado e complexo.³⁰

Esperamos que, ao significar o Império a partir dessas perspectivas, possamos contribuir para a compreensão da tessitura da política ultramarina sobre o Prata, área que se apresentava com alto poder rentável, mas simultaneamente como intervenção de alto risco.

²⁷ Arquivo Nacional. Códice 77. Livro XII. Pp 33v.

²⁸ Arquivo Nacional. Códice 77. Livro XII-XIV. Pp. 36, 44v, 69, 167, 224, 262v e 368v.

²⁹ Arquivo Nacional. Códice 77. Livro XII-XIV. Pp. 476v.

³⁰ ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial*, Vol I. 2ª Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 23-337.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª Ed. Tradução de Suely Bastos e Paulo Henrique Brito. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

_____. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 21-34.

_____. “Pacto Colonial, Autoridades Negociadas e o Império Ultramarino Português” in SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 85-105.

BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

_____. *O Império Marítimo Português-1415-1825*. Tradução de Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2001.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. (Col. Reconquista do Brasil; nova série; v. 82). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CHARTIER, Roger. “Construção do Estado Moderno e Formas Culturais. Perspectivas e Questões”. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002, p. 215-229.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965.

ELLIOTT, J. H. “A Europa of Composite Monarchies” in *Past and Present*, n. 137, 1992, p. 48-71.

_____. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)” in *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ/ 7 Letras, n. 1, 2000, p. 45-122.

_____. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista” in FRAGOSO, João; MATTOS, Hebe e TEIXEIRA, Francisco (orgs.). *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yeda Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001.

_____. & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____.; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88.

_____. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-72.

_____.; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de e CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa IICT, 2006.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

_____. “Diálogos Historiográficos e Cultura Política na Formação da América Ibérica” in SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 67-84.

_____. e NOGUEIRA, Marília. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Sistema Colonial*. 2ªEd. São Paulo: Ática, 1994.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e Atlântico. (1570-1670)*. Tradução de Manuela Barreto. 2Vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”, in *Sociologia e Antropologia*. Vol II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, p. 37-184.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978.
- _____. *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias Sociais e Governos das Conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando Y Control colonial en el siglo XVII. Buenos Aires, El Atlantico e El Espacio Peruano*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988.
- MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006.
- PIJNING, Ernst. “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol. 21, n 42, p. 397-414, 2001.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1943.
- POSSAMAI, Paulo César. *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: edição do autor, 2002.
- PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo ou localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII”, in *Penélope: Fazer e Desfazer História*, N. 6, Lisboa, 1991.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes” in BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169-171.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira, 1978.

SAMPAIO, Antônio C. Jucá de. *Na Curva do Tempo, na Encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe – a produção da exclusão (Rio de Janeiro: 1650-1750)*. Tese de Doutorado. Niterói, PGHS/UFF, 2000.

SOMBRA, Severino. *História Monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Anais do Congresso de Numismática Brasileira, 1936.

SUBTIL, José. “Os Poderes do Centro” in HESPANHA, Antonio Manuel (org). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”, in HESPANHA, António Manuel (org). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 121-153.